CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 2538/81

PROC.

DRE-B Nº 4294/81

INTERESSADO: EEPG "PROFA. CAROLINA LOPES DE ALMEIDA" - BAURU

ASSUNTO: Regularização da vida escolar de Roseli Aparecida Lourenço

RELATOR: Conselheiro João B. Salles da Silva

PARECER CEE Nº 400 /82 - CEPG - Aprov. em 24 / 03 /82

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

1.1 - Em 1º/6/81, a direção da EEPG "Prof. Carolina Lopes de Almeida", de Bauru, pelo ofício nº 34/81 encaminhado a este Conselho, solicitou a convalidação dos atos escolares da aluna Roseli Aparecida Lourenço, prestando os seguintes esclarecimentos:

1.1.1 - nos anos de 1977, 1978 e 1979, a interessada cursou no mencionado estabelecimento de ensino, as 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino de 1º grau;

1.1.2 - em 1978, a aluna não frequentou a 4ª série;

1.1.3 - em 1981 "...a aluna retornou e efetivou sua matrícula na 5ª série apresentando comprovante de conclusão do Programa de Educação Integrada, equivalente às quatro primeiras séries do Ensino de 1º Grau - MOBREAL;

1.1.4 - revendo os prontuários dos alunos, a direção da escola constatou que Roseli Aparecida Lourenço, ao ingressar no MOBREAL, não contava com a idade mínima requerida para frequentar o referido curso;

1.1.5 - como a aluna vem apresentando excelente aproveitamento e considerando que sua matrícula na 5ª série foi irregular, solicita deste Colegiado a convalidação de seus estudos.

1.2 - Ao requerimento foram juntados os documentos:

-ficha individual da aluna, correspondente as 1ª, 2ª e 3ª séries;

-cópia xerox do Atestado expedido pelo MOBREAL em 23/8/80, declarando: "o-PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA equivalente às quatro primeiras séries do Ensino de 1º Grau, com validade nacional e direito a prosseguir estudos em caráter regular" (grifo nosso);

-ficha individual correspondente à 5ª série.

1.3 - A Delegacia de Ensino de Bauru, em 8/6/81, designou supervisor de Ensino para estudar o caso, que após historiá-lo, conclui que em vista dos excelentes resultados apresentados pela aluna, é favorável ao atendimento do pedido da Escola.

1.4 - Em 20/11/81, pelo Parecer nº 542/81, a ETSP da DRE de Bauru, tece as seguintes considerações:

1.4.1 - o exame da documentação evidencia que a aluna teve ótimo aproveitamento "...que lhe dá condição de ter sua matrícula convalidada na 5ª série";

1.4.2 - a conclusão do curso do MOBREAL, sem idade para ingressar no Programa de Educação Integrada "...não deve redundar em prejuízo da aluna";

1.4.3 - opina favoravelmente a convalidação.

1.5 - O Parecer nº 542/81 foi acolhido pelo Sr. Diretor Regional que o remeteu, em 20/11/81, à Coordenadoria de Ensino do Interior sugerindo a remessa dos autos ao Conselho.

1.6 - A CEI, após proceder ao histórico do caso, informa aceitar a manifestação das autoridades proponentes e defere a matéria à apreciação do CEE.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1- O Parecer CFE nº 44/73, ao examinar o plano do curso de Educação Integrada - 1ª fase, ministrado pelo MOBREAL em convênio com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, considerou que referido curso "...está enquadrado na faixa etária de "suplência", dentro da doutrina da Lei nº 5.692/71 e do Parecer nº 699/72 deste Conselho e apresenta alto teor de supletividade". Os relatores, Conselheiros Maria T. Tourinho Saraiva e Valnir Chagas, apresentaram o seguinte voto:

"À vista do exposto, concluímos:

a) que o curso de Educação Integrada - 1ª Fase, ministrado em convênio, pelo MOBREAL e as Secretarias de Educação, pode ser considerado curso supletivo equivalente às séries iniciais do ensino de 1º grau;

b) que os certificados de conclusão, expedidos após avaliação da aprendizagem no processo, podem ser considerados válidos para prosseguimento de estudos em cursos supletivos ou em séries regulares de 1º grau na fase restante, oferecidos pelos

sistemas de ensino, desde que a conclusão, no 1º caso, ocorra na idade mínima de 18 anos e, no 2º caso, o ingresso fique condicionado ao limite de idade fixado pelos órgãos próprios do sistema;

e) que, para a avaliação da aprendizagem no processo ou fora do processo, referente à 1ª fase do ensino supletivo de 1º grau (antigo primário) seja permitida idade inferior a 18 anos, considerando que este limite proposto no parágrafo 1º do art. 26 da Lei nº 5.692/7], diz respeito a exames de conclusão de curso" (grifo nosso).

2.2 - A aluna Roseli Aparecida Lourenço, nascida em 23/9/66, tinha 13 (treze) anos quando completou o MOBRAL (23/8/80). Vale dizer que a alínea "c" do Parecer CFE nº 44/73 possibilitava a conclusão nessa idade ao esclarecer que seria permitida idade inferior a 18 anos quando a aferição do aproveitamento escolar se realizasse no processo.

2.3 - É evidente que houve equívoco da direção do MOBRAL ao aceitar a matrícula da menor que se encontrava ainda na faixa etária do ensino regular obrigatório.

2.4 - Roseli Aparecida Lourenço obteve na 5ª série da EEPG "Profa. Carolina Lopes de Almeida" (1981) as seguintes menções:

Componentes Curriculares	Bimestres		
	1º	2º	3º
Língua Portuguesa	B	B	B
Matemática	B	B	C
Ciênc. Fis. Biol. e Prog. Saúde	B	B	B
Inglês	A	A	A
Estudos Sociais	A	A	A
Educação Artística	B	A	A
Educação Física (*)	dispensada		
Ensino Religioso	B	A	C

(*) Dispensada de Educação Física - Carteira Profissional nº 081712 - Série 605ª.

PROCESSO CEE n° 2538/81

2.5 - Observa-se, pelo quadro de menções, que Roseli Aparecida Lourenço evidenciou bom aproveitamento na 5ª série na qual deve ter sido aprovada.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, convalida-se a matrícula de Roseli Aparecida Lourenço na 5ª série, em 1981, da EEPG "Profa. Carolina Lopes de Almeida", de Bauru. Ficam, também, convalidados, os atos escolares subseqüentemente praticados.

São Paulo, 25 de fevereiro de 1982

João Baptista Salles da Silva
R E L A T O R

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Gérson Munhoz dos Santos, Jair de Moraes Neves, João Baptista Salles da Silva, José Ruy Ribeiro e Roberto Vicente Calheiros.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 25 de fevereiro de 1.982.

- a) Cons. JAIR DE MORAES NEVES
Presidente no Exercício da Presidência de acordo com o Art. 13 - 3º do Reg. do CEE.

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 24 de março de 1.982.

a) CONSº MOACTR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
PRESIDENTE